

<http://doi.org/10.1590/18070337-121968>

O racismo multidimensional de Jessé Souza e a leitura unidimensional do Brasil

SOUZA, Jessé. *Como o racismo criou o Brasil*. São Paulo: LeYa, 2021

Marcos Abraão Ribeiro* 

Resumo

Nesta resenha, o livro *Como o racismo criou o Brasil*, de Jessé Souza, que propõe o conceito de racismo multidimensional e defende a centralidade do racismo racial para explicar a formação do Brasil e de seus principais dilemas, é analisado. Para isso, na primeira parte, são expostos os elementos que compõem as três partes do livro. Na segunda, são apresentadas as contribuições para a explicação teórica sobre o racismo, mas também enfatizadas as limitações do livro que, apesar de propor uma interpretação multidimensional, oferece uma leitura unidimensional sobre o racismo e os dilemas brasileiros.

Palavras-chave: racismo multidimensional; racismo racial; teoria sociológica; Brasil.

* Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

Jessé Souza's multidimensional racism and the one-dimensional reading of Brazil

Abstract

In this review, the book *Como o racismo criou o Brasil* (How racism created Brazil), by Jessé Souza, which proposes the concept of multidimensional racism and defends the centrality of racial racism to explain the formation of Brazil and its main dilemmas, is analyzed. Therefore, in the first part, the elements that compose the three parts of the book are exposed. In the second, the contributions to the theoretical explanation about racism are presented, but also the limitations of the book are emphasized, which, despite proposing a multidimensional interpretation, offers a one-dimensional reading about racism and Brazilian dilemmas.

Keywords: Multidimensional racism; racial racism; sociological theory; Brazil.

Uma das questões centrais do pensamento social brasileiro é a explicação da sociogênese do país. Nesse sentido, o racismo possui um papel de grande importância. Na geração de 1870, cujos autores principais foram Nina Rodrigues e Silvio Romero, o racismo científico era o componente decisivo para compreender o atraso brasileiro e a consequente ausência de povo (Schwarcz, 2008). Com Gilberto Freyre, o tema prossegue em sentido contrário, pois o Brasil seria o país da *democracia social e étnica*, que foi consagrada, posteriormente, como *democracia racial*, elemento decisivo da identidade nacional (Ortiz, 2006). Em 1950, período no qual foi instituída a sociologia das relações raciais (Guimarães, 2004), o tema do racismo foi retomado com grande ênfase por conta do *Projeto Unesco* sobre as relações raciais no Brasil. Para a geração de Florestan Fernandes, o *preconceito racial* seria o principal dilema, interpretado como herança escravista e tradicional. Como herança pré-moderna, o preconceito era um sintoma da incompletude da revolução burguesa e da sociedade de classes e, de certo modo, um impedimento para a constituição plena da ordem competitiva (Guimarães, 2004).

Na década de 1970, com o fundamental trabalho de Carlos Hasenbalg (1979), o racismo volta a ser debatido no meio acadêmico como um conceito para se compreender um dos contornos da sociedade moderna e de classes, o que representou importante inflexão com as pesquisas que analisam o preconceito de raça e cor como persistência do passado escravista e tradicional, uma vez que o racismo seria um elemento da sociedade capitalista. O conceito também foi trabalhado por Antonio Sérgio Guimarães (1999) e Silvio Almeida (2021). Contudo, como observam Guimarães (2004) e Campos (2017), o termo foi pouco desenvolvido no Brasil, sendo a ênfase dada à realização de pesquisa empírica. Como consequência do déficit teórico, a noção de racismo tornou-se muito ampla e imprecisa (Guimarães, 2004, p. 28). Assim, o livro resenhado torna-se um trabalho de significativa relevância para a discussão teórica sobre um fenômeno complexo e com consequências nefastas no país.

Para esta resenha, a obra de Jessé Souza é dividida em duas sociologias, a partir do trabalho de Burawoy (2006, 2009), pois as tipologias propostas pelo sociólogo estadunidense em torno da sociologia crítica e da sociologia pública fornecerão as condições para caracterizar a obra de Souza nos últimos 22 anos, bem como enfatizar os elementos novos presentes no livro resenhado.

A primeira é a sociologia crítica (2000-2012), no âmbito da qual Jessé Souza empreendeu a caracterização e o questionamento da *sociologia da inautenticidade*, ofereceu uma teorização sobre o processo de modernização do Brasil e sua abissal desigualdade e questionou teórica e empiricamente a tese da *nova classe média*. A segunda é a sociologia pública (2015), que é mobilizada para alcançar o grande público no sentido de proporcionar uma profunda *reforma moral* na sociedade brasileira. Essa divisão não representa uma ruptura epistemológica entre as duas sociologias, pois, nos dois momentos, Souza tem como objetivo questionar os postulados centrais das tradicionais interpretações do Brasil, formular teorizações que forneçam as condições de engendrar uma narrativa moderna sobre o país de modo a compreender os dilemas brasileiros de maneira adequada e,

dessa forma, apresentar alternativas de cunho progressista para superá-los. Assim, a divisão tem um caráter fundamentalmente analítico. Dessa forma, os elementos centrais de *Como o racismo criou o Brasil* (2021) serão apresentados para, em seguida, tecer-se alguns comentários com o intuito de demarcar avanços e limites da obra. O livro é dividido em prefácio, partes intituladas, respectivamente, “O que é racismo, afinal?”, “A singularidade da moralidade no Ocidente”, “O racismo multidimensional” e “Conclusão”.

No prefácio, Souza defende que o racismo é o elemento primordial para explicar o Brasil em suas formatações racial e multidimensional. Para tanto, o sociólogo argumenta que, na produção brasileira e internacional, apenas foram realizadas tentativas de demonstrar que o racismo existe, mas sem um efetivo esforço de explicar como ele se estabelece e atua na sociedade. O prefácio também destaca que o livro é um resumo da trajetória de Souza como estudioso e pesquisador, mas que é apresentado de forma acessível ao grande público que tenha interesse em compreender o surgimento do racismo, suas formas e reprodução no tempo.

Na primeira parte do livro, Souza dedica-se a alguns objetivos entrelaçados: i) questionamento do *lugar de fala* para explicar o racismo e a opressão; ii) a crítica ao conceito de *racismo estrutural*; iii) *defesa do caráter central da dimensão moral* para a compreensão da civilização ocidental moderna e a definição do conceito de *racismo multidimensional*.

Souza critica intelectuais negros, como Djamila Ribeiro, que utilizam o *lugar de fala* e a *representatividade* como mecanismos para denunciar a opressão que, na verdade, representam verdadeiro engano e instrumentos para a hegemonia neoliberal. Mesmo sem ainda o desenvolver, existe a defesa de que o *racismo racial*, derivação do *racismo multidimensional*, é o elemento crucial para as mazelas da sociedade brasileira, como a desigualdade abissal, violência estrutural e a luta entre as classes sociais (p. 13). O autor reitera o argumento presente no prefácio, segundo o qual os intelectuais desconhecem o racismo porque apenas apontam sua existência (p. 13). Ao comparar o Brasil com os Estados Unidos, Souza afirma que o progressismo neoliberal é um dos principais propulsores da extrema

direita, pois as pautas identitárias são interpretadas como as responsáveis por todos os problemas, o que fez com que Bolsonaro e Trump fossem alçados ao poder (p. 41).

Depois de apontar as inconsistências na abordagem hegemônica sobre o racismo, Souza defende a tese central do livro, que é desenvolvida nas outras duas partes: o racismo multidimensional, que representa o núcleo comum de onde são produzidas todas as formas de racismo – de *gênero*, de *raça*, de *cultura*, de *classe*. Souza empreende uma crítica ao conceito de racismo estrutural, uma vez que ele representa uma categoria naturalizada. Em outras palavras, não haveria uma explicação efetiva do conceito, pois teria em seu bojo uma estrutura indeterminada e vazia (p. 46). Precisamente, o conceito seria marcado pela circularidade, uma vez que autores como Silvio Almeida e Achille Mbembe não explicam a estrutura simbólica do racismo. Como decorrência, houve sua distorção por demandas em torno do reconhecimento (p. 49). Souza também critica o marxismo e seu economicismo redutor ao analisar as classes sociais da mesma forma que o liberalismo interpõe, ao pontuar o comportamento individual (p. 53). A crítica ao marxismo é central, uma vez que o sociólogo defende que a invisibilidade da dimensão moral e sua reprodução são responsáveis pela perpetuação da dominação por meio do racismo. Nesse sentido, Souza defende que os indivíduos são formados dentro de um contexto intersubjetivo pré-existente permeado por ideias, valores morais e concepções não articuladas de justiça que serão norteadoras das decisões na vida cotidiana (p. 54). Ao contrário das interpretações de caráter culturalista e essencialista, a sociedade brasileira é interpretada como uma das formas concretas que a modernidade ocidental logrou realizar. Assim, a compreensão sobre a formação do Brasil e sobre o papel central do racismo tem de ser levada a cabo por meio da reconstrução institucional e moral da sociedade moderna como um todo (p. 57).

Na segunda parte do livro, há uma reconstrução histórica da moralidade do Ocidente desde o judaísmo antigo, pois a herança da profecia ética fez com que a civilização ocidental desenvolvesse a criação da ideia de indivíduo como instância moral e refletida (p. 67). Além da gênese do judaísmo

antigo, o cristianismo teve papel decisivo para universalizar a herança da religiosidade ética, por meio da junção das heranças do judaísmo e da filosofia grega. Nesse sentido, Santo Agostinho foi um personagem central do cristianismo, pois, utilizando-se da filosofia grega, legou, no século IV, o caminho peculiar para a salvação nos pontos da virtude platônica, isto é, por meio da luta pelo controle do espírito sobre os desejos sem controle do corpo (p. 69). Agostinho também constitui elemento central para a especificidade ocidental e sua concepção de indivíduo, com a noção de interioridade, porque ela seria constitutiva da ideia de subjetividade. Esse ponto é central para a reconstrução proposta por Souza, pois é a partir da noção de interioridade que foi constituída a *hierarquia moral* produtora da cultura ocidental (p. 71), constituída por meio da disjuntiva espírito e corpo, que será o fundamento decisivo de todas as formas de distinção social. Em outras palavras, Souza defende que a hierarquia moral ocidental constitui todas as distinções entre as classes sociais que, na sociedade moderna, lutam pelos seus recursos escassos. Portanto, a religiosidade foi a responsável pela ideia moral de indivíduo, sendo a principal singularidade do desenvolvimento ocidental como um todo (p. 78).

Outra dimensão ético-religiosa fundamental para a hierarquia valorativa ocidental foi a reforma do protestantismo ascético. Sobre sua importância, Souza afirma que “a revolução protestante realiza na prática, no espaço do senso comum e da vida cotidiana, a nova noção de virtude ocidental” (p. 81). Por meio da reforma protestante é possível compreender a passagem da religião para a ciência como instância simbólica mais relevante, pois as ideias de razão calculadora e distanciada e de vontade como autorresponsabilidade tornaram-se dominantes na vida prática dos indivíduos (p. 86). No mundo *desencantado*, sua avaliação continua de acordo com a hierarquia moral que tem por base a disciplina e a repressão do corpo pela moral (p. 87). O homem vai ser, antes de tudo, um agente moral, tendo como elementos fundamentais os princípios da dignidade e da autenticidade (p. 94). A autenticidade, ou expressivismo, que ganhou uma linguagem nos termos seculares no século XVIII pelo romantismo alemão, fica restrita às elites intelectuais no século

supracitado e no século XIX, tornando-se movimento de massa apenas na década de 1960, por meio da chamada revolução contracultural: “começamos a acreditar, como os românticos, que também podemos criar um sentido profundo e novo e nos redefinir de outro modo” (p. 97). O sociólogo defende que os seres humanos são, antes de qualquer outra dimensão, seres morais em processo de autointerpretação e aprendizado, uma vez que são as necessidades e os estímulos morais que comandam o comportamento humano em todas as esferas (p. 99). Nesse sentido, Souza também enfoca o trabalho de Axel Honneth e suas dimensões do reconhecimento – amor, direito e *valorização social* – para demonstrar que as lutas morais são a base dos conflitos políticos contemporâneos (p. 99).

A reconstrução da moralidade ocidental, mencionada anteriormente, foi realizada para a compreensão da história do Ocidente como um enorme processo de aprendizado moral possibilitado por lutas em torno do reconhecimento, e, também, para o entendimento de como o *racismo racial* e as outras formas de racismo multidimensional são maneiras de negar o reconhecimento social a indivíduos e grupos (p. 120).

Após realizar a crítica ao *identitarismo*, ao *racismo estrutural* e reconstruir a dimensão moral do Ocidente, Souza procura unir as teorias de Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Charles Taylor e Axel Honneth, na terceira parte do livro, para a proposição de uma perspectiva crítica e de uma saída emancipatória contra o racismo e suas consequências. A reconstrução do racismo multidimensional é realizada a partir de três elementos: 1) ênfase no racismo global e sua transformação em visão de mundo abrangente por meio da atuação do imperialismo informal americano; 2) explicação de como o racismo de classe, sempre ligado ao racismo racial, reproduz-se no Norte e Sul globais; 3) sustentar que a articulação entre racismo de classe e racismo racial no Brasil permitiu que este comandasse todo o processo de dominação social e política (p. 133-4).

Como apresentado no parágrafo anterior, o autor inicia sua teorização a partir da denominação de racismo global, termo que, a partir do estabelecimento do conceito de civilização, no século XVIII, foi utilizado pelos

européus para definir a autoconsciência de sua própria superioridade. Essa superioridade europeia foi reproduzida no Brasil por meio da recepção, no século XIX, de ideias de Gobineau, que foram incorporadas por quase todos os intelectuais, como Oliveira Vianna e Euclides da Cunha, que defendiam o *branqueamento* como saída para o Brasil. Além de demonstrar a importância do racismo científico, que legava uma inferioridade biológica, Souza apresenta a mudança realizada pela interpretação culturalista de Gilberto Freyre e aponta uma importante limitação em sua leitura, a ausência de crítica aos pressupostos racistas da valorização e da desvalorização do mestiço (p. 146).

Se o racismo científico havia sido descartado como explicação válida pela interpretação culturalista, isso não significou o término do racismo como mecanismo de inferiorização de povos inteiros por meio da reprodução da hierarquia moral do Ocidente. Isso ocorreu porque foi disseminada uma nova forma de racismo, o *racismo cultural*, para o qual Talcott Parsons e a teoria da modernização possuem papel de destaque, como Souza já havia discutido em livro anterior (Souza, 2015). Assim, por meio da teoria da modernização, as ciências sociais globais e a inteligência brasileira, em particular, serão dominadas pelo racismo implícito do culturalismo. Dessa forma, a teoria da modernização seria a iniciadora do moderno mito ocidental da superioridade americana, difundido por meio do *imperialismo informal*, conceito apresentado em detalhe em seu livro anterior (Souza, 2020).

Seguindo o argumento presente em outros trabalhos (Souza 2015, 2017, 2020), Souza afirma que, a partir da oposição ao projeto de Vargas em torno da inclusão popular, foi constituída uma reação elitista e conservadora responsável pela formação do pensamento liberal conservador brasileiro, que se mantém hegemônico na direita e em parte da esquerda, por meio da obra de Sergio Buarque de Holanda (SBH). As ideias de SBH foram utilizadas desde o início pela elite escravocrata para criminalizar o Estado, a política de inclusão popular, bem como o voto e a participação popular (p. 175). Além de SBH, Souza também aponta o papel de Raymundo Faoro como historiador oficial e mais influente do pensamento social brasileiro por conta do argumento em torno da secular tradição luso-brasileira da corrupção (p. 176).

Após expor as principais interpretações do racismo de formação cultural, Souza estabelece a crítica. Para tanto, o autor sustenta que o culturalismo esquece a gramática comum a todas as culturas, além de as interpretações derivadas dele serem baseadas em uma leitura apologética e distorcida de Max Weber sobre a superioridade do protestante ascético. Souza também polemiza com o pós-colonialismo, pois afirma não conhecer nenhum autor contemporâneo que faça crítica ao culturalismo dominante e hegemônico. Assim, o sociólogo afirma ainda que a crítica do movimento é marcada pelo ressentimento (p. 185). Para sustentá-la, Souza defende duas premissas que precisam ser compreendidas conjuntamente: 1) o universalismo dos esquemas de classificação e avaliação do capitalismo, implícitos na eficácia de suas instituições principais; 2) o particularismo de experiências históricas e contingentes de aprendizado coletivo (p. 189). Assim, a divisão global entre Norte e Sul, representada como tipos diferentes de sociedades, equivale à permanência da manutenção prática do racismo cultural (p. 187). Sobre o primeiro ponto, o autor afirma: “o que não varia nacionalmente, por exemplo, é a necessidade de construção de um *habitus* disciplinar para que qualquer indivíduo seja integrado socialmente com sucesso no contexto do racionalismo ocidental da *dominação do mundo* que se expandiu globalmente” (p. 190). Outro aspecto global é o papel do *habitus* estético, que produz uma série de identificações pré-linguísticas e imediatas reconhecidas pelos indivíduos como modo de andar, falar, vestir, que separa, por exemplo, o burguês das classes trabalhadoras e das classes marginalizadas (p. 192). Os tipos de *habitus* representam a existência de um sistema de dominação global que possui contornos nacionais específicos. Assim, há uma articulação própria dos tipos de racismo em cada sociedade (p. 217). Em países como o Brasil e os Estados Unidos, por exemplo, ocorre a preponderância do *racismo racial* no comando da sociedade de classes em luta, sendo, no caso brasileiro, a grande restrição do aprendizado moral e político (p. 219).

Após apresentar o racismo global, Souza narra o processo de branqueamento no Brasil, responsável por unir os racismos racial e de classes, que seria a real singularidade do país: “o essencial é a vinculação da

brancura com o espírito na sua conotação secular, ou seja, como inteligência, moralidade e beleza, e da *negritude* com o corpo animalizado das paixões irrefletidas, não confiáveis e enlouquecidas” (p. 224-25). Souza argumenta que a descrença existente na maior parte da elite, inclusive nos intelectuais, em torno da impossibilidade de os negros participarem de qualquer processo de aprendizado e o gozo sádico na humilhação racista cotidiana, possuem um peso decisivo na passagem do escravismo para a República Velha, uma vez que esse núcleo se mantém nas *repúblicas novas* (p. 226).

Apesar de afirmar a continuidade do *racismo racial*, Souza também aponta a existência de um contraponto antirracista, que foi o projeto inclusivo e popular de Getúlio Vargas a partir de 1930 (p. 231). Contudo, o racismo explícito foi interdito pelo falso moralismo de combate à corrupção, por meio do trabalho de SBH. Sem projeto para o país como um todo, a elite e a classe média branca utilizaram-no como arma para a manutenção de seus privilégios (p. 243). Assim, seria uma forma de tornar o racismo de classe e raça, pautado na criminalização do Estado, da política e do voto popular, em sinônimo de progresso, por meio de um ar democrático e progressista (p. 237).

Seguindo sua ênfase no papel das ideias como legitimadoras de ações políticas, Souza sustenta que, a partir das teses de SBH, o racismo brasileiro transmutou-se em falso moralismo anticorrupção, que se tornou elemento, inclusive, do PT. Existe também o apontamento dos momentos da história brasileira em que houve tentativas de aprendizado moral e político, que representariam a universalização da dignidade do produtor útil, mas que terminaram sendo interrompidas, como o movimento das *Diretas Já*, a *Teologia da Libertação* e a campanha pelo impedimento do então presidente Fernando Collor, mesmo não havendo uma efetiva crítica à dominação elitista no Brasil. Como consequência, houve o impedimento da constituição de um projeto alternativo para a sociedade brasileira (p. 253). Como exemplo disso, o governo Dilma acolheu, como bandeira de seu governo, o falso moralismo elitista (p. 255).

De acordo com Souza, a elite precisa construir uma mentira convincente para transformar o pior tipo de exploração econômica em um *imperativo moral*. Nesse sentido, a razão para a ida às ruas era, efetivamente, abortar o processo de inclusão popular de negros e mestiços por meio do encobrimento do racismo explícito pelo falso moralismo. O racismo metamorfoseado em falso moralismo, portanto, foi o responsável pela crise política que levou ao golpe contra a presidente Dilma Rousseff e à eleição de Jair Messias Bolsonaro. Assim, o falso moralismo encobriu o *racismo racial* da classe média branca (p. 260).

Na última seção da terceira parte, Souza argumenta que a eleição de Bolsonaro deixou bastante claro a força social e política do racismo (p. 262). Para tanto, o autor chama a atenção para o papel central da *Lava Jato* para criminalização do PT e da classe política (p. 263). Apesar de criticar o PT, por conta de seu envolvimento com a desapropriação neoliberal, Souza reforça o argumento presente em trabalhos anteriores (Souza, 2016, 2017), de que o processo de inclusão levado a cabo pelo partido terminou mexendo com a principal chaga social brasileira, o racismo contra a *ralé de novos escravos* (p. 266). Nesse sentido, o sucesso da popularidade de Bolsonaro está na *guerra entre os pobres*, uma vez que as classes média e alta já estavam com ele (p. 271). As bandeiras de campanha de Bolsonaro contra a corrupção e a criminalidade, por sua vez, uniram as duas pontas do racismo brasileiro: “o racismo contra os pobres, possibilitado pelo falso moralismo, e o racismo do *pobre remediado* contra o negro no último degrau da sociedade” (p. 278). Bolsonaro seria o representante do *lixo branco*, sendo o seu principal capital político a revivescência do racismo popular como forma de dividir os pobres que haviam se unido durante o lulismo (p. 279).

Dessa forma, Souza conclui seu livro sustentando que ele teve como objetivo compreender o *racismo multidimensional* e como, em sociedades como a brasileira, o *racismo racial* possui papel central no comando do processo de dominação social e política (p. 282). O sociólogo reforça a importância do trabalho de reconstrução da moralidade, pois é fundamental entender como o racismo destrói a capacidade de autoestima, autoconfiança e autorrespeito (p. 284). Souza também reforça o papel do racismo para

a interdição do aprendizado social, que impede a sociedade brasileira de chegar a *formas universais de reconhecimento*. O autor também reitera o papel do aprendizado social para o avanço da sociedade, como ocorreu com a Alemanha (Souza, 2017). Souza termina o livro conclamando a necessidade de luta contra o racismo racial e multidimensional como única possibilidade de haver vida digna no Brasil (p. 289).

O livro resenhado tem méritos quando são abordadas as dimensões crítica e pública da sociologia de Jessé Souza. O primeiro ponto relevante é a teoria de alcance global, sobretudo levando-se em consideração a geopolítica do conhecimento, que coloca os autores brasileiros como produtores de pensamento circunscrito às fronteiras do Brasil (Lynch, 2013). O livro, por sua vez, apresenta uma teoria sociológica sobre o racismo formulada a partir da periferia, o que significa mais uma relevante contribuição do sociólogo para a ruptura com as teses do *atraso* (Bastos, 2013) e da *singularidade brasileira* (Tavolaro, 2014), pois o país, apesar de suas especificidades, é caracterizado como componente autêntico da modernidade. O segundo refere-se ao pouco desenvolvimento teórico sobre o racismo entre os estudiosos do tema no Brasil, uma vez que, como apresentado no início desta resenha, a ênfase recaiu sobre a pesquisa empírica. A crítica ao *identitarismo* e à naturalização do conceito de *racismo estrutural*, que se tornou senso comum acadêmico e político para demarcar o caráter racista da sociedade brasileira, também é elemento de grande importância no livro resenhado, sobretudo se for considerado que ele é voltado para o grande público, como também são os livros de Djamila Ribeiro e Silvio Almeida.

Logo, o trabalho representa importante inflexão na sociologia de Jessé Souza. Durante o primeiro período de sua produção não existia uma teorização sobre o racismo, pois havia a defesa de que o *preconceito racial* era uma capa que escondia a desigualdade de classe (Souza, 2005). Assim, o objetivo de Souza foi o de apresentar uma teorização não econômica sobre a abissal desigualdade brasileira, que seria derivada do processo de modernização do país. Nesse sentido, o efetivo preconceito não era de cor, mas sim o que girava em torno de um *tipo de personalidade* considerada

disruptiva e improdutiva para toda a sociedade (Souza, 2005, p. 59). Desse modo, a cor da pele seria um elemento secundário quando comparada ao *habitus* precário, elemento central para explicar o abandono, a inadaptação e a naturalização da desigualdade no Brasil.¹ A partir de seu primeiro trabalho voltado para o grande público (Souza, 2015), Souza apresenta uma abordagem sistemática sobre o racismo,² voltada para a cultura que, com o livro resenhado, amplia-se para a dimensão racial, que se torna decisiva para explicar a vida social e política no Brasil.

Existem, contudo, problemas no livro que precisam ser destacados. Souza coloca-se como o único autor a realizar a crítica teórica ao culturalismo. Contudo, há, por exemplo, a teorização de Domingues (2011), que estabelece consistentes e contundentes críticas ao culturalismo, como o etnocentrismo da teoria da modernização, que reproduziu o sucesso reificado da América do Norte, como também argumenta Souza. Além disso, Souza tece uma crítica rápida que descarta o pós-colonialismo completamente. Contudo, pós-colonialismo e decolonialidade podem contribuir com o livro resenhado. Nesse sentido, a teorização de Aníbal Quijano (2005) contém elementos que fariam a proposta do livro ser muito mais consistente e abrangente, pois daria maiores condições para uma abordagem concreta sobre o papel do racismo, por exemplo, para a consolidação do capitalismo como modo de produção global. O par modernidade/colonialidade e os conceitos *colonialidade do poder* e *colonialidade do saber* forneceriam possibilidades para uma efetiva multidimensionalidade de sua teoria que, concretamente, apenas enfatiza a dimensão simbólica como reprodutora do racismo moderno.

¹ De acordo com Souza (2006, p. 91-92): “o que me parece importante aqui em termos analíticos é perceber a existência de um código social que sobredetermina o preconceito racial, demonstrando seu caráter secundário vis-à-vis a hierarquia valorativa principal que tem a ver com um conceito sociocultural de pertencimento de classe que constitui *habitus* respectivamente valorizados e desvalorizados socialmente”.

² Em seus trabalhos da sociologia crítica, Souza aborda o racismo de classe ao criticar pesquisa sobre a “nova classe média”: “na realidade, a imaginação desses setores populares como carentes de moralidade, capacidade associativa, e incapacidade de desenvolver relações de confiança mútua – o que Lamounier e Souza chamam, tão imprecisamente, de capital social – parece ser um caso típico de racismo de classe, em que a relação dos privilegiados com a ‘virtude’ já está pré-decida e pode ser ‘comprovada’ por questionários estereotipados”(Souza, 2010, p. 326).

Quijano (2005, p. 120) sustenta que o capitalismo global se constitui como sistema colonial/moderno e eurocentrado, argumento que permitiria a Souza apresentar uma narrativa bifurcada, nas dimensões material e simbólica, sobre o surgimento dos conceitos de raça e racismo, bem como sua utilização como instrumento de controle do trabalho e da produção de conhecimento em torno da narrativa eurocêntrica sobre a modernidade. Quijano também possui relevante argumento sobre a hierarquia valorativa eurocêntrica entre *razão/sujeito* e *corpo* que, certamente, adensaria a teorização sobre a modernidade e o *racismo multidimensional*. No limite, a leitura de Quijano poderia problematizar a própria noção de modernidade subjacente à teorização de Souza, por meio da ênfase em sua dimensão colonial expressa pela colonialidade do poder, que teve papel central na formulação da narrativa eurocêntrica da modernidade.

Nesse sentido, a ênfase exclusiva na dimensão simbólica e o déficit de interlocução teórica fazem com que o livro, apesar dos componentes inovadores que possui, não consiga executar a proposta analítica que promete. Apesar de propor um quadro multidimensional acerca do racismo, Souza oferece uma perspectiva unidimensional para analisar a sociedade brasileira e os seus dilemas, pois não há integração entre as três dimensões do racismo, ideológica, prática e estrutural (Campos, 2017). A unidimensionalidade também está presente na interpretação da conjuntura política do país, pois o racismo multidimensional seria o responsável por explicar os golpes de Estado e a ascensão de Jair Bolsonaro e da extrema direita. Também inexistente uma análise institucional que seria fundamental para compreender o papel do racismo no atual governo, bem como para delimitar de forma precisa a sua influência. Como sociedade moderna e complexa, não é possível explicar a ascensão da extrema direita à Presidência da República sem uma análise da dimensão institucional. A teorização do livro é a demonstração, na verdade, da *sociologia da unidimensionalidade*,³ que não possui condições de oferecer, sozinha, uma explicação multidimensional

³ Agradeço ao sociólogo Roberto Dutra, professor do PPGSP-UENF, pela proposição do termo para caracterizar a fase atual da sociologia de Jessé Souza. Contudo, a utilização nesta resenha é de minha inteira responsabilidade.

sobre o Brasil, uma vez que sua ênfase recai apenas sobre a dimensão simbólica e seus efeitos. Falta, como apontamos em outro lugar (Ribeiro, 2020), uma análise que também aborde a dimensão material em termos econômicos e políticos para que haja, efetivamente, uma interpretação multidimensional dos dilemas brasileiros.

Apesar de ser lastreado por forte dimensão normativa, o livro possui significativa limitação política, pois sua sociologia pública reduz-se, fundamentalmente, à proposição de uma reforma moral da sociedade, presente também na sociologia pública de Michael Burawoy (Turner, 2009). Em decorrência da ausência de alternativas concretas de mudança social e política, como ações de cunho institucional, inexistente a possibilidade de materialização das condições necessárias para reconhecimento social, aprendizado e avanço, defendidos por Souza como decisivos para a transformação da sociedade brasileira. Assim, sem uma análise concreta das dimensões econômica e política e sem a proposição de alternativas institucionais efetivas, não será possível enfrentar as mazelas causadas pelo racismo com possibilidades reais de construir outro padrão civilizatório.

Marcos Abraão Fernandes Ribeiro é jornalista, sociólogo, Doutor em Sociologia Política e Professor de Sociologia do Instituto Federal Fluminense.

✉ olamarcos@yahoo.com.br

Referências

1. ALMEIDA, Silvio: *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaira, 2021.
2. BASTOS, Elide Rugai. A Construção do debate sociológico no Brasil. *Ideias*, v.4, p. 287-300, 2013.
3. BURAWOY, Michael. Por uma sociologia pública. *Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais*, n.25, p. 9-50, 2006.
4. BURAWOY, Michael A sociologia pública em tempos de Barack Obama. *Caderno CRH*, v. 22, n. 56, p. 233-244, 2009.
5. CAMPOS, Luiz Augusto. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista crítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 95, p.1-19, 2017. <https://doi.org/10.17666/329507/2017>
6. DOMINGUES, José Maurício. *Teoria crítica e semi (periferia)*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
7. GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: 34, 1999.
8. GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, v. 47, n.1, p.9-43, 2004.
9. HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
10. LYNCH, Christian. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 56, n. 4, p. 727-767, 2013. <https://doi.org/10.1590/S001152582013000400001>.
11. ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Ed. Brasiliense: 2006.
12. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.117-142.
13. RIBEIRO, Marcos Abraão. O papel dos Estados Unidos na crise brasileira contemporânea: Jessé Souza e conceito de imperialismo informal. *Contemporânea*, v. 10, n. 3, p. 1489-1499, 2020.
14. SCHWARCZ, Lilia: *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
15. SOUZA, Jessé. Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. *Lua Nova*, n. 65, p. 43-69, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452005000200003>
16. SOUZA, Jessé. A visibilidade da raça e invisibilidade da classe: contra as evidências do conhecimento imediato. In: SOUZA, Jessé (org.) *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p.71-95.

17. SOUZA, Jessé. O elo orgânico entre patrimonialismo e racismo de classe. A nova classe média no discurso liberal/conservador. In: SOUZA, Jessé (org.) *Os batalhadores brasileiros*. Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p.309-328.
18. SOUZA, Jessé: *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.
19. SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. São Paulo, LeYa, 2016.
20. SOUZA, Jessé: *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. São Paulo: LeYa, 2017.
21. SOUZA, Jessé: *A guerra contra o Brasil*. Como os Estados Unidos se uniram a uma organização criminoso para destruir o sonho brasileiro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.
22. SOUZA, Jessé: *Como o racismo criou o Brasil*. São Paulo: LeYa, 2021.
23. TAVOLARO, S. A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, n.3, p.633-73, 2014. <https://doi.org/10.1590/00115258201420>
24. TURNER, Jonatan. Contra a sociologia pública: será ela a melhor forma de tornar a sociologia relevante? *Cadernos CRH*, v. 22, n. 56, p. 255-69, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792009000200004>

Recebido: 1º fev. 2022.

Aceito: 16 jun. 2022.

